

ALTERNATIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA A INSERÇÃO DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO DOCENTE¹³

Paula Viviane Chiés

Universidade Estadual de Goiás (UEG UnU Porangatu)

INTRODUÇÃO

Toda e qualquer mudança na prática docente inicia a partir do processo de reflexão sobre nossas próprias experiências e concepções. Apesar de todos os benefícios advindos dos cursos discutidos sobre formação de educadores/as, há que se verificar com novas conjunturas e com o desenvolvimento de mais estudos, a necessidade de “autoconfrontação” de educadores/as com suas preconcepções, crenças e valores, pois, muitas vezes, são esses fatores que incidem em uma relutância em se trabalhar com as questões de gênero e sexualidade nas práticas pedagógicas nas escolas, sobretudo, em se trabalhar de forma sistemática e planejada no contexto educacional cotidiano.

A demanda em se discutir a inserção de temas como gênero e sexualidade na formação docente advém da inferência de que os/as educadores/as podem transformar o cotidiano escolar com ações de enfrentamento a quaisquer formas de discriminações, mas não se pode negar que há desafios, interdições e obstáculos pelos quais os/as educadores/as confrontam-se quando aventam questões que abalam as mentalidades ultraconservadoras das escolas, dos pais dos/as alunos/as, inclusive, suas próprias concepções. Vale incitar que diversas produções acadêmicas mostram uma realidade escolar que silencia a criticidade quanto às discriminações. Marlucy Paraíso (1997), já na década de 1990 sinalizou que o “gênero é campo de silêncio do currículo formal” (p.24), mesmo tais questões estando presentes como referência nas relações de poder dinamizadas em sala de aula. Contudo, em meio a todas essas estratégias de poder que tentam controlar os currículos e silenciar as questões de gênero e sexualidade, há possibilidade de se formar resistências efetivas (Paraíso, 2016, 2018).

¹³ A discussão dinamizada no presente texto, compõe a problemática trazida pelo estudo: “A CATEGORIA ANALÍTICA “GÊNERO” NA FORMAÇÃO E PRÁXIS DOCENTE: Por uma Pedagogia Antissexista nas Aulas de Educação Física do Norte de Goiás, em desenvolvimento na Universidade Estadual de Goiás (UEG UnU Porangatu), contando com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG.

O silêncio subsidia a continuidade de processos discriminatórios no cotidiano escolar, sendo esses associados à perspectiva de que a sexualidade se define enquanto uma materialidade biológica naturalizada, que deva ser amarrada por uma moralidade sexual, logo, essa não é concebida como identidade, mas sim algo que deva ser controlado, que deva ser discutido apenas em casa, que deva ser moldado desde criança, trazendo a ideia de “controle para não se escapar”. Para Butler (2022) há uma opressão social para que possam existir e obter fala, expressão, apenas gêneros “inteligíveis”, aqueles que instituem e mantenham relações (heteronormativas) de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo.

Nota-se que o silêncio reforça o preconceito, a partir do momento que robustece a condenação daquels que fogem do binarismo de gênero e heteronormatividade (Chiés, 2021). Frente à problemática levantada, o objetivo do presente estudo foi discutir alternativas teórico-metodológicas de inserção dos temas de gênero e sexualidade na formação docente, vislumbrando possibilidades inovadoras que rompam com o apelo acrítico que circunda os cursos de formação docente na discussão de gênero e sexualidade.

MÉTODOS

O estudo realizou um levantamento bibliográfico de publicações de artigos dos últimos sete anos, assim como, demais produções (e autores/as) referenciais de publicação anterior, que se debruçaram em compreender a importância de alternativas teórico-metodológicas que levassem os/as educadores/as (e professores/as em formação) a se confrontarem com suas próprias concepções quanto às questões de gênero e sexualidade no processo de formação docente. Os bancos de dados utilizados foram o google acadêmico e The Lens, com o emprego dos seguintes descritores: “autoconfrontação”, “tomada de consciência”, “formação docente”, “grupo focal”, “pergunta-provocação”. Além disso, esses descritores foram cruzados aumentando a possibilidade de identificação de textos que se especificaram na análise de possibilidades metodológicas inovadoras de inserção das questões de gênero e sexualidade na formação docente.

GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO DOCENTE: TRILHANDO CAMINHOS ENTRE A PESQUISA E A FORMAÇÃO

No estudo de Chiés (2020) foram implementados grupos focais sob a metodologia de

análise de Fávero (2010) junto ao corpo docente de um curso de Graduação em Educação Física de Brasília-DF. A proposta foi a criação de “situações de natureza interativa” no desenvolvimento de seis sessões de grupo focal, nas quais se observou os atos da fala dos/as participantes quanto a dois questionamentos iniciais, às mulheres - “você foi educada como mulher?”, e aos homens - “você foi educado como homem?”. Dessa forma, as interações foram se formando não apenas na confirmação ou desacordo às perguntas, mas as justificativas e demais elucubrações sobre o que cada um considerava adequado dentro do contexto do ser homem e ser mulher. No processo de desenvolvimento dos encontros foram utilizadas as falas (transcrições) dos participantes nas sessões anteriores como estímulos ou ponto inicial para as discussões subsequentes, surgindo alguns confrontos (tomada de consciência) dos/as participantes com suas próprias falas, ou mesmo, com os significados imersos das falas dos/as demais participantes. Para Fávero (2010), as “situações de natureza interativa” levam ao questionamento do que a sociedade estabelece como verdade ou como norma de comportamento a cada gênero e que se pode estabelecer algumas possibilidades de crítica.

Na visão de Fávero (2012) a prerrogativa é cunhar um espaço interativo particular e averiguar as interlocuções emergentes nesse espaço, assumindo-as como atos da fala pelos quais os/as participantes expõem os seus paradigmas, e através do qual dinamizam as suas interações sociais: “[...] as narrativas se fundamentam no paradigma pessoal, de modo que, por meio delas, se acede ao paradigma pessoal” (Fávero, 2010, p.325, grifo da autora).

A importância dessa estrutura metodológica do estudo envolveu a perspectiva de que a tomada de consciência dos/as participantes foi intensificada na reapresentação (por escrito) de suas próprias falas; assim houve a expressão de um “estranhamento” quando o/a participante que conduziu a fala exposta, identificava-se como compositor/a daquela narrativa, surge uma sensação de incompatibilidade do que se percebe escrito com sua identidade, assim, muitos expressaram frases como: “Eu falei isto”, “Não acredito que falei isto”, etc. (Chiés, 2020). Vale ressaltar que as interlocuções produzidas durante a discussão no grupo focal engendram um processo de internalização a partir da ação e demonstram regulações cognitivas envolvidas com a tomada de consciência, logo, as expressões ou frases indicadas seriam, exatamente, a “tomada de consciência” expressa na fala (Fávero, 2012).

Infer-se que a pertinência da proposta de intervenção e modelo de análise articulados nesse citado estudo, está justamente na criação de um contexto pelo qual o próprio indivíduo

percebe, em suas falas, o tom de preconceito arraigado, havendo a tomada de consciência. As situações interativas foram, gradativamente, demonstrando elementos de preconceito presentes nas falas dos/as participantes, visto que rebateram suas próprias falas com descrédito.

Outra prerrogativa considerada alternativa de “autoconfrontação” na formação docente foi levantada por Bastos e Ribeiro (2019). A proposta envolveu uma adaptação da “clínica da atividade” desenvolvida por Clot (2010), no que se considera o professor analisando a sua prática, através de imagens filmadas em sua atividade. A autoconfrontação simples ocorre quando, o protagonista (educador), pesquisador e as gravações em vídeo das sequências das atividades, levam o educador a refletir sobre a sua atividade, confrontando o que foi dito dentro de uma organização de pensamento do “agora”, repensando as tarefas, os objetivos e suas próprias ações, um caminho para que se veja como sujeito do seu próprio ato formativo. Essa autoconfrontação é compreendida, neste âmbito, como um espaço para ver-se como o “outro”, sendo capaz de ver-se no coletivo e (re)significando a si mesmo. A possibilidade do pensamento reflexivo do professor na análise de sua própria prática torna- o sujeito de observação e não mais simplesmente objeto de observação. A perspectiva da autoconfrontação é tomada como uma experiência dialógica que coloca os trabalhadores em confronto com seu agir profissional, levando a uma busca de paridade entre atividade e subjetividade, entre o individual e o coletivo, nisso se constitui o movimento de estranhamento de si através da análise de sua atividade.

As estratégias de formação continuada desenvolvidas pelas secretarias de educação e pelas próprias escolas poderiam ser bem-sucedidas se levassem em conta estratégias teórico-metodológicas que ajudassem a desenvolver o pensamento reflexivo do professor em relação com sua prática em sala de aula, com sua comunidade de prática e com a realidade social subjacente (Bastos, Ribeiro, 2019, p.169-170).

Em um segundo momento na proposta de Bastos e Ribeiro (2019) também foi desenvolvida a “autoconfrontação cruzada”, quando o grupo de voluntários da pesquisa se depara com as gravações das autoconfrontações simples dos colegas, partindo-se para a apresentação e diferentes pontos de vistas sobre a atividade realizada com os diálogos do grupo sobre o “fazer” de cada colega. Já em um terceiro momento, as cenas gravadas das autoconfrontações simples e cruzadas passam a ser analisadas na comparação entre “o que os protagonistas fazem, o que eles dizem que fazem e finalmente o que eles fazem sobre o que

eles dizem”, dentro de um retorno para a análise do coletivo. Para os autores, esses três momentos de autoconfrontação definem uma sequência formativa a ser implementada nas propostas de formação continuada de educadores/as.

Na literatura também são abarcadas propostas de cursos de formação docente que engendram uma “pergunta-provocação” como embasamento para a introdução teórica e crítica dos temas de gênero e sexualidade. Por exemplo, no curso de especialização “Gênero e Diversidade na Escola” (GDE) ofertado pela Universidade Federal de Goiás (UFG), a primeira unidade do curso, mais conceitual e teórica, tratou mais estritamente do conceito de gênero encabeçada por uma pergunta-provocação (“O que devo ao feminismo?”), privilegiou uma abordagem sócio histórica do conceito tanto em suas relações com os movimentos sociais em geral (Barros, 2017). No caso, a proposta de inserção da “pergunta-provocação” foi, justamente, implementar alguma intervenção que englobasse os conceitos e epistemes referentes ao tema em sua devida profundidade e, ao mesmo tempo, requisitando dos/as participantes uma reflexão sobre suas próprias práticas que os tirassem da zona de conforto sobre suas concepções e ações, sobretudo, acreditando-se que qualquer desconstrução só é realizável quando os componentes que a permeiam, afetam e refletem diretamente os envolvidos e suas práticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de diferentes produções acadêmicas pautadas na inserção das questões de gênero e sexualidade na formação docente, ainda é incipiente a problematização sobre alternativas inovadoras que possam confrontar os/as educadores/as com suas próprias concepções, pois infere-se que este seja o primeiro passo, e um dos principais, para se constituir um cotidiano escolar inclusivo que possibilite o diálogo crítico e reflexivo sobre como as relações de poder se instituem tendo o gênero como referência.

REFERÊNCIAS

BARROS, S. C. **Gênero e diversidade na escola em Goiás**: relato de experiência. Revista Café com Sociologia, v. 6, n. 1, p. 201-212, 2017.

BASTOS, R. L. G.; RIBEIRO, P. B. A autoconfrontação como dispositivo metodológico para a formação continuada do professor. **Diálogo das Letras**, v. 8, n. 2, p. 165–178, 2019. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/DDL/article/view/546>. Acesso em: 10 ago. 2024.

CHIÉS, P. V. Fui eu que falei isto?... A tomada de consciência e as mudanças de paradigmas pessoais de gênero. In: ATHAYDE, P. F. A.; WIGGERS, I. D. (Orgs.). **Produção de conhecimento na Educação Física**: pesquisas e parcerias do Centro da Rede Cedes no Distrito Federal. Ijuí: Ed. Unijuí, 2020. p. 121-135.

CHIÉS, P. V. O que não é efetivo, não transforma! As questões de gênero e sexualidade na formação de professores/as de Educação Física. **Hegemonia**, Brasília, n. 32, p. 69-90, 2021.

CLOT, Y. **Trabalho e poder de agir**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

FÁVERO, M. H. **Psicologia de gênero**: psicobiografia, sociocultural e transformações. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

FÁVERO, M. H. A pesquisa de intervenção na construção de competências conceituais. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 17, n. 1, p. 103-110, jan./mar. 2012.

PARAÍSO, M. A. **Gênero na formação docente**: campo de silêncio do currículo. Cadernos de Pesquisa, n. 102, p. 23-45, 1997.

PARAÍSO, M. A. **A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência**. Currículo sem Fronteiras, v. 16, n. 3, p. 388-415, 2016.

PARAÍSO, M. A. Gênero, sexualidade e heterotopia: entre esgotamentos e possibilidades nos currículos. In: RIBEIRO, P. R. C. et al. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: resistência e ocupa (ações) nos espaços de educação. Rio Grande: Ed. FURG, 2018. p. 7-28.

RIOS, P. P. S.; DIAS, A. F. Currículo, diversidade sexual e de gênero: tecendo reflexões sobre a formação docente. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 10, 2020.